

Variável no Ar

A abordagem da dívida externa brasileira está resvalando para uma perigosa inversão de fatores: tenta-se culpar os dólares tomados de empréstimo por todos os problemas nacionais, jogando no segundo plano os pecados domésticos que acumularam montanhas de débitos e práticas que, se forem absolvidas ou se perpetuarem, irão aumentar os coeficientes de incerteza da sociedade.

Todos concordam que a recessão não é um caminho adequado à presente situação brasileira, e que o tratamento da dívida deve passar por rigores extremos e propostas realistas. Cultivar o que não se podia cumprir, apenas para assinar mais uma Carta de Intenção com o Fundo Monetário, seria repetir os métodos que erodiram a credibilidade na administração passada e na Velha República. Definitivamente, não é o comprometimento da credibilidade brasileira que se deseja.

Até onde e até quando, no entanto, poderão ser proteladas as decisões em matéria tão sensível? A vizinha Argentina acaba de dar um exemplo dramático da insegurança, do alto grau de incertezas em que o país mergulhou por protelar os remédios mais amargos, até chegar a uma hiperinflação e ao choque das medidas dramáticas anunciadas pelo Presidente Alfonsín. Esse espelho distante poderia servir de exemplo ao que não deve ser feito, se não para o que deve ser tentado.

O Brasil, felizmente, não entrou ainda no túnel da hiperinflação. Mas poderá chegar lá se o coeficiente de

incertezas aumentar, e se os empresários continuarem se perguntando: afinal, quando começará mesmo o ano econômico? A principal vítima da incerteza será, por certo, a iniciativa privada, pois a esta não é permitido trabalhar com orçamentos duplos, ou triplos. Nem pagar os custos da incerteza sobre as bases em que se assentaram os nossos acordos internacionais, direta ou indiretamente capazes de influenciar as taxas de juros, a demanda e a oferta de dinheiro ou a evolução dos preços das matérias-primas e produtos finais.

Enquanto o Governo não se manifestar em caráter definitivo sobre o déficit público, essa variável fundamental ficará no ar, suspensa como uma espada de Dâmocles não só sobre a própria administração pública, mas ainda sobre todo o ambiente econômico. O alto grau de estatização a que chegou a economia brasileira abre margens de incerteza muito grandes para os negócios, na medida em que as administrações praticam um inconsciente ou inconseqüente **stop-and-go**. A cada solavanco brusco, fecham-se negócios, criam-se hordas de desempregados, tumultuam-se as relações sociais, desestabiliza-se o sistema interno e externo de trocas. Não pode a sociedade trabalhar em paz à medida que depender, nas relações mais críticas do momento — aquelas que afetam a dívida externa — de uma estratégia de “ás na manga”.

É preciso definições para que os horizontes ganhem nitidez e o Brasil possa tirar confiança e segurança do seu enorme potencial e de sua vasta base instalada de empresas, negócios e interesses.